



Junio 2016 - ISSN: 1989-4155

REVISÃO TEÓRICA SOBRE A ATUAÇÃO DE PROFESSORES PEDAGOGOS COMO EDUCADORES FÍSICOS

Wesley Moreira Saraiva¹

Matilde Meire Miranda Cadete²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Wesley Moreira Saraiva y Matilde Meire Miranda Cadete (2016): Revisão teórica sobre a atuação de professores pedagogos como educadores físicos”, Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (junio 2016). En línea: <http://www.eumed.net/rev/atlante/2016/06/professores.html>

RESUMO

Este estudo objetivou, a partir da produção científica publicada, analisar as publicações relacionadas à disciplina de Educação Física e seus pressupostos de formação cidadã e a atuação do pedagogo professor de Educação Física. Fundamentou-se na pesquisa bibliográfica narrativa com levantamentos de artigos na base de dados do SciELO e documentos do Ministério da Educação, além de livros. Os descritores utilizados foram: docente, Educação Física, educação e desenvolvimento local. De posse do material identificado, passou-se à sua leitura e à seleção dos que respondiam ao objetivo do estudo. O material bibliográfico revelou que a Educação Física enquadra-se como ferramenta de inserção social, contribuindo para o desenvolvimento integral dos sujeitos, e possibilita-lhes melhores níveis de qualidade de vida, pois os leva a ambientes saudáveis onde interagem entre si, constroem relações afetivas e trocam experiências. Assinalou, ainda, que o pedagogo não recebe, na sua formação acadêmica, base suficiente para assumir a docência da disciplina Educação Física e que se sente despreparado e desmotivado para tal. Considera-se relevante ofertar a esse público um curso de capacitação a fim de habilitá-los para o exercício profissional, em específico na Educação Física.

Palavras-chave: Docente. Educação Física. Educação. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This work treats of a technical product constructed from the demand of five Physical Education educators and characters of Masters degree dissertation entitled: "The educator's performance as Physical educators in Elementary School". This capacitation, through workshops, will be done basing in four modules: the importance of physical activities in the processes of physical development and motor coordination of the students; practice lessons; Physical Education Teachers's proposal; Pedagogy graduate student's proposal and Pedagogue's Proposal. It is

¹ Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA.

² Orientadora e Professora Doutora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA.

expected that this capacitation will provide new knowledge's from Physical Education areas for these professionals, once this discipline deserves to be recognized for its importance within the school and in the students's life development.

Keywords: Workshops. Physical Education. Education. Local development

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo, a partir de la literatura científica publicada, analizar las publicaciones relacionadas con la disciplina de Educación Física y sus supuestos de la educación cívica y el papel del maestro maestro de Educación Física. Se basó en las narrativas bibliográficas de artículos de investigación encuestas en la base de datos y los documentos del Ministerio de Educación SciELO, así como los libros. Los descriptores utilizados fueron: profesor, educación física, educación y desarrollo local. La posesión del material identificado, se trasladó a la lectura y la selección de los que respondieron al objetivo del estudio. El material bibliográfico reveló que la educación física es parte de una herramienta de integración social, que contribuye al desarrollo integral de las personas, y les permite mejores niveles de calidad de vida, que conduce a un entorno saludable en el que interactúan entre sí, establecer relaciones emocionales e intercambiar experiencias. Se observó también que el maestro no se interpone en su formación académica, base suficiente para obtener la enseñanza de la educación física y sentirse sin preparación y sin motivación para hacerlo. Se considera la oferta correspondiente a este un curso de formación pública con el fin de calificar para la práctica profesional, en particular en la educación física.

Palabras clave: Maestro. Educación Física. Educación. El desarrollo local

INTRODUÇÃO

A Educação Física (EF), por ser obrigatória na Educação Básica, provê ao aluno na escola o direito de ter essa disciplina, pois além de ser obrigatória é muito importante para o desenvolvimento da criança.

Pereira, Nista Piccolo e Santos (2009, p. 343) afirmam que as crianças de seis a 10 anos de idade, além de terem necessidades de se movimentar, apresentam grande predisposição ao movimento. Com isso, os professores que proverem essas aulas têm que conhecer acerca da importância de sua função como educador, para com a vida do aluno.

A Educação Física é muito importante nas séries iniciais até o fundamental I, pois nessa fase da vida a criança começa a trabalhar a ludicidade, o desenvolvimento motor, a lateralidade, o ato de perder e ganhar e, principalmente, a cultura corporal de movimento, afetividades e cognição.

A cultura corporal de movimento na Educação Física trabalha a dança, o esporte, a ginástica, as lutas, os jogos e as brincadeiras. Com isso, os professores têm que buscar, planejar e executar aulas que motivem seus alunos e que estas sejam prazerosas e inclusivas para os alunos.

O Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de Educação Física exemplifica esses dizeres ao mostrar que o trabalho de Educação Física, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, permite que os alunos tenham, “desde cedo, a oportunidade de desenvolver habilidades

corporais e de participar de atividades culturais, como jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções” (BRASIL, 1997a, p. 15).

O curso de Pedagogia, por conseguinte, deveria, além de capacitar seus graduandos não apenas nas técnicas, convocá-los para compreenderem e valorizarem as aulas de EF com crianças, reconhecendo-as como importantes para toda a vida do aluno.

O que se interroga é se os pedagogos estão sendo capacitados, durante sua formação acadêmica e em cursos de atualização e aperfeiçoamento, para assumir a disciplina de Educação Física atendendo aos seus pressupostos de formação integral do aluno e oferecendo as diversas atividades culturais e técnicas de acordo com a faixa etária de seu alunado.

Assim, torna-se relevante buscar na literatura científica o que se tem publicado a respeito da Educação Física como disciplina que integra a formação integral da criança e a atuação do pedagogo como docente dessa disciplina.

Portanto, este estudo objetivou analisar as publicações relacionadas à disciplina de Educação Física e seus pressupostos de formação cidadã e a atuação do pedagogo como professor de Educação Física.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a construção deste referencial teórico baseou-se na pesquisa bibliográfica narrativa com levantamentos de artigos na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), com os descritores: docente, Educação Física, Educação e Desenvolvimento local, bem como em documentos do Ministério da Educação. Também foram pesquisados livros, dissertações, teses com o intuito de mais aprofundamento teórico e, portanto, mais apreensão e compreensão do fenômeno em pauta.

Segundo Gil (2010, p. 50), a pesquisa bibliográfica “é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”.

O conceito de Educação Física escolar

Para o senso comum, a Educação Física é vista como um conjunto de exercícios que tem por objetivo libertar todas as energias do corpo humano, coordenando-as e disciplinando-as para que o indivíduo possa gozar de melhores condições de saúde.

A Educação Física é uma atividade humana; manifesta-se no condensado social por meio de práticas sociais com interesses e enfoques filosóficos, científicos e pedagógicos diferentes, mostrando a relação entre o homem, o mundo e a sociedade (MUÑOZ PALAFOX *et al.*, s/d).

Outras conceituações sobre Educação Física são apresentadas por estudiosos no sentido de abordar a relação complexa entre indivíduo, educação, movimento e qualidade de vida. De acordo com Oliveira (2006, p. 15), a Educação Física busca:

Viabilizar ao aluno a aprendizagem referente a conhecimentos específicos sobre o movimento humano que lhe permita, individual e intencionalmente, (1) a utilização de potencialidades para movimentar-se, genérica ou especificamente, de forma habilidosa e, em correspondência, (2) a capacitação para, em relação ao meio em que vive, agir (interagir, adaptar-se, transformar...), na busca de benefícios para a qualidade de vida.

Betti (2005) explicita que, na escola, a Educação Física não só elege e problematiza temas relacionados à cultura corporal de movimento de acordo com sua intencionalidade pedagógica, bem como possibilita aos alunos a apropriação crítica da cultura corporal de movimento, integrando o saber e o sentir movimentar-se, além do saber sobre esse movimentar-se.

No que se refere às suas atribuições no contexto do ensino e aprendizagem, Betti e Zuliani (2002, p. 75) argumentam que os papéis múltiplos da Educação Física ultrapassam os parâmetros curriculares da educação básica. Afinal, a Educação Física, como componente curricular da educação básica, deve também inserir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando-o para que possa, além de produzi-la, transformá-la. Deve, ainda, municiá-lo para desfrutar de todas as modalidades esportivas, ou seja, do jogo e esporte às atividades rítmicas e dança, lutas, ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade da vida.

O trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Física deve estar voltado para a construção da cidadania dos sujeitos, formando cidadãos críticos e participativos no meio social em que estão inseridos. Seu objetivo principal é possibilitar ao aluno a qualificação sócio-histórico-cultural necessária para promover o desenvolvimento de uma racionalidade crítica, autônoma e participativa.

Para Santin (1987), é uma ciência que desenvolve as habilidades motoras de qualquer sujeito, além de manter elementos terapêuticos, sejam eles emocionais ou físicos.

Uma matriz curricular que contemplasse conteúdos teóricos práticos ajudaria muito sobre os benefícios que a EF proporciona, pois ela daria uma noção de como se trabalhar as diversas atividades no decorrer dos anos. Segundo Ferraz e Correia (2012, p. 531):

O sentido etimológico da palavra currículo (termo latino "*curriculum*") expressa movimento progressivo, pista de corrida, caminho a ser percorrido. No contexto educacional, a noção de currículo tem abarcado proposições diversas englobando referenciais curriculares propostos pelas redes de ensino, grade curricular com disciplinas e atividades, conjunto de planos de ensino dos professores(as), aquilo que acontece na sala de aula e experiências vividas pelos alunos na escola, entre outros.

As escolas, por meio das DCNs, têm autonomia para preparar as suas propostas curriculares e muitas delas, pode-se inferir pela prática vivida em variados estabelecimentos de ensino, deixam a desejar no que diz respeito à disciplina EF. Às vezes, nem cobram de seus

professores o planejamento das aulas, mesmo cabendo à escola a responsabilidade sobre as competências ditadas pelas DCNs.

Ferraz e Correia (2012, p. 531) descrevem que:

As DCNs consideram a autonomia das escolas para a elaboração das suas propostas pedagógicas e incentivam essas instituições a organizar seu currículo, selecionando, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que consideram fundamentais para a formação das competências explicitadas nos documentos (DCNs). Dessa forma, é possível adaptar o conteúdo às demandas regionais, aos aspectos locais relevantes e à população que a escola atende. As DCNs são leis que especificam metas e objetivos que se caracterizam em orientações gerais para as escolas, redes e sistemas de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica foram publicadas em 2010. Todavia, as diretrizes específicas para cada ciclo foram fixadas, a saber: Educação Infantil em 2009, Ensino Fundamental em 2010 e Ensino Médio em 2011.

São explícitos, portanto, os conteúdos, objetivos, competências, atitudes e habilidades fundamentais para a formação do cidadão.

Educação Física no Brasil

Braid (2003) expõe que a Educação Física é uma expressão que surgiu no século XVIII, em textos de filósofos preocupados com a educação. Para eles, a formação da criança e do jovem passou a ser concebida de modo integral, em que corpo, mente e espírito são partes essenciais do desenvolvimento pleno da personalidade. A Educação Física vem somar-se à educação intelectual e à educação moral. Essa adjetivação da palavra educação demonstra uma visão ainda fragmentada do homem

O surgimento da Educação Física se deu desde os tempos primitivos, quando o homem necessitava correr dos animais predadores, pular para pegar alimentos, carregar pesos, arremessar objetos para caçar, entre outras. Aos poucos, percebeu que seu preparo físico garantiria melhores condições de vida, tanto para trabalhar, quanto para interagir e se divertir.

No Brasil Império, verifica-se, em 1851, o surgimento da Lei nº 630, que incluiu a ginástica nos currículos escolares (BRAID, 2003). Os autores Valente e Almeida Filho (2006), historiando a Educação Física no Brasil, relatam que entre os anos 1955 e 1960 ela ganhou novo enfoque em nível nacional, com sua oficialização vinculada ao esporte e à criação dos Centros de Educação Física. Outro ganho é a admissão das competições esportivas como substitutas das “sessões” de Educação Física. Ainda nesse período nasceram os primeiros cursos de especialização em recreação e o governo federal promoveu a Campanha Nacional de Educação Física.

Braid (2003), prosseguindo na sua narrativa acerca da história da Educação Física, afirma que Rui Barbosa, parlamentar e educador que esteve à frente dos mais diferentes “campos de luta”, preconizava a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas primárias e secundárias praticada quatro vezes por semana durante 30 minutos.

O século XX iniciou-se com a vida da sociedade brasileira consideravelmente alterada com a iminência da sedentarização provocada pela tecnologia emergente, principalmente os meios de transporte. Entretanto, a Educação Física pouco mudou, pois o caráter utilitário característico do século passado continuou, na medida em que o seu objetivo na escola seria formar homens fortes para o bem da pátria. A ênfase tinha caráter político que se dividiu em três tempos: o Estado Novo, a ditadura militar e a pós-ditadura ou período de abertura política (BRAID, 2003).

No Brasil constata-se uma época em que teve início a profissionalização da Educação Física. Figuravam-se as políticas públicas cujo processo, até nos anos 60, ficou limitado ao desenvolvimento das estruturas organizacionais e administrativas específicas, tais como: Divisão de Educação Física e o Conselho Nacional de Desportos.

Com o fim do Estado Novo, iniciou-se uma série de discussões envolvendo como temática a educação e o interesse acentuado pela Educação Física como elemento curricular. A partir de debates, surgiu a proposta de um novo enfoque para essa disciplina, buscando integrá-la como disciplina educativa por excelência no âmbito da rede pública de ensino. Na época da ditadura militar verificou-se grande vontade do governo em incentivar a Educação Física e, principalmente, o esporte. Foi um período de massificação do esporte e de grande divulgação dos “feitos” dos atletas de alto nível, transformados em “heróis da pátria” (BRAID, 2003, p. 5).

Até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo Presidente João Goulart, houve amplo debate sobre o sistema de ensino brasileiro. Nessa lei ficou determinada a obrigatoriedade da Educação Física para as escolas primárias e de ensino médio. Com isso, o esporte passou a ocupar lugar cada vez maior durante as aulas. O processo de esportivização da Educação Física Escolar iniciou com a introdução do Método Desportivo Generalizado, que significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicional e uma tentativa de incorporar o esporte, já que era uma instituição bastante independente, adequando-o ao objetivo e práticas pedagógicas (BRAID, 2003).

Após 1964, a educação, no geral, adotou uma visão tecnicista, cujo ensino tinha que formar mão de obra qualificada; os cursos técnicos profissionalizantes se difundiram e a Educação Física tinha caráter instrumental, que era o de desenvolver atividades práticas voltadas para o desempenho técnico e físico do aluno (BRAID, 2003). Na década de 70 ainda havia a função para a manutenção da ordem e do progresso. O governo investiu na Educação Física em função de diretrizes pautadas no nacionalismo, na integração social e na segurança nacional, pois visavam a um exército forte saudável e à desmobilização das forças políticas opositoras (DAOLIO, 2004).

As atividades esportivas também eram importantes para a melhoria da força de trabalho com vista no “milagre econômico brasileiro”. Nesse período, os laços se firmavam com destaque no futebol, na Copa do Mundo de 1970. No ano de 1971, a Educação Física Escolar, a partir do Decreto nº 69.450 de 1971, considerou: “a atividade que por meios, processos e

técnicas desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando” (BRASIL, 2001, p 21). A falta de especificidade posta nesse decreto manteve a ênfase na aptidão física. A partir da 5ª série, a iniciação esportiva tornou-se um dos eixos fundamentais de ensino na busca de novos talentos para representarem a pátria em competições internacionais. Essa época, chamada de “modelo piramidal”, norteou as diretrizes políticas da Educação Física.

Na década de 1970, marcada pela ditadura militar, a Educação Física era usada, não para fins educativos, mas de propaganda do governo, sendo todos os ramos e níveis de ensino voltados para os esportes de alto rendimento.

A ditadura foi pródiga em enaltecer a necessidade da prática da Educação Física em todos os níveis de ensino, sendo, inclusive, nesse período que se instituiu sua obrigatoriedade no Ensino Superior. Essa obrigatoriedade é analisada como uma tentativa de ocupação do tempo do estudante universitário, isolando-o de outros movimentos socialmente importantes para a época.

Nos anos 1990, o esporte passou a ser visto como meio de promoção à saúde acessível a todos e manifestada de três formas: esporte educação, esporte participação e esporte performance. A Educação Física finalmente regulamentada é de fato e de direito uma profissão a qual compete mediar e conduzir todo o processo. Dessa forma, têm-se os passos da profissão, conforme descrevem Valente e Almeida Filho (2006):

- a) 1961-1969 - com a Lei 4.024/61, a Educação Física passou a ser obrigatória nos cursos primário e médio, com base em conceitos biopsicossociais;
- b) 1970-1981 - consolidou-se a formação do profissional de Educação Física com a implantação de cursos de licenciatura em diversas universidades brasileiras;
- c) 1981-2002 - houve o favorecimento da consolidação da pós-graduação em Educação Física, Esportes, Recreação e Lazer no Brasil com o retorno de mestres e doutores que os cursaram no exterior; surgem, em consequência, grupos de pesquisa e ocorre a expansão dos cursos de mestrado e doutorado no território nacional;
- d) 2000-2003 - criou-se e implantou-se o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), que possibilitou a regulamentação da profissão, a publicação do código de ética dos profissionais registrados no CONFEF e na resolução que define o campo de intervenção do profissional de Educação Física no Brasil.
- e) Atualmente, merece destacar que a pesquisa adquiriu fluxo contínuo, tanto em níveis quantitativos quanto qualitativos.

Esse cenário sucintamente apresentado mostra que houve mudanças efetivas na Educação Física, com ganhos qualitativos e em sintonia com os avanços na educação brasileira. Houve, em paralelo, mudanças tanto no enfoque, objetivos e conteúdos quanto nos pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem. Ampliou-se a visão para além da dimensão biológica, enfatizando as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas,

concebendo o aluno como ser humano integral. Os objetivos educacionais tornaram-se mais amplos, sob a perspectiva de conteúdos diversificados e não mais apenas em esportes, em pressupostos pedagógicos mais humanos e ao não adestramento de seres humanos.

A Educação Física atual busca o desenvolvimento integral do ser humano, a partir de dimensões pedagógicas, sociológicas e filosóficas. Contudo, segundo Daolio (2004) e Braid (2003), a Educação Física Escolar tem como objeto de estudo o desenvolvimento da aptidão física, o que tem contribuído historicamente para a defesa dos interesses da classe no poder, mantendo a estrutura da sociedade capitalista.

A última década do século XX caracterizou-se como um período de muita discussão sobre a Educação Física como práxis e seus desdobramentos na sociedade como um todo (BRAID, 2003).

A importância da Educação Física Escolar *versus* profissional apropriado para ministrar essa disciplina

Apesar de se encontrar no contexto do ensino, muitos ainda não compreendem a importância da Educação Física escolar. Como matéria de ensino da escola, está organizada numa estrutura curricular educacional, pois se trata de um conjunto de conhecimentos advindos dos campos das Ciências Humanas, Naturais e Exatas utilizados para subsidiar e atualizar atividades em caráter interdisciplinar:

Alguns professores e alunos acham que a EF não tem valor necessário. Alguns, inclusive, não têm a devida informação da seriedade da cultura corporal de movimento e os alunos trazem as suas experiências vividas nas ruas e suas casas, para dentro da escola e querem praticá-las sem orientações devidas. Com isso, não veem a disciplina como aprendizagem, tampouco lhe atribuem o valor que tem para a vida. Afirma-se que cabe ao professor de EF mudar essa visão míope e deturpada do que é Educação Física, fazendo de suas aulas um momento de conhecimento pedagógico para o aluno, de acordo com Rodrigues Júnior e Silva (2008, p. 159):

Os alunos chegam à aula com certo entendimento a respeito dos elementos da cultura corporal; o professor, por meio de sua ação pedagógica, pode provocar confrontos com tais conhecimentos, com o intuito de levar os jovens a identificar e compreender os temas estudados, de maneira sistematizada. Nesse processo didático, a significação é elemento fundamental a ser considerado para uma mediação que vislumbre a revisão de ideias e de valores.

Os profissionais devem, durante os anos da graduação, adquirir conhecimentos para transmitirem e debaterem com seus alunos da escola infantil para que, ao saírem do Fundamental I, conheçam e saibam acessar alguns objetivos de acordo com o PCN, entre os quais se destacam: construir relações pessoais equilibradas e construtivas com os outros, conhecendo-os e respeitando-os como seres diferentes e singulares que têm desempenho próprio; respeitar o outro em todas as situações lúdicas e esportivas; respeitar as diversas culturas corporais, compreendendo-as como importante recurso para integração entre os diferentes grupos sociais; adotar hábitos saudáveis, reconhecendo-os como essenciais para a

própria saúde e de recuperação, manutenção e melhoria da saúde coletiva; valorizar a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal, evitando o consumismo e o preconceito; “reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade básica do ser humano e um direito do cidadão” (BRASIL, 1997a, p. 33).

Segundo Pereira, Nista Piccolo e Santos (2009, p. 343.):

[...] a lei não determina quem deve ser o responsável pelas aulas dessa disciplina: se um professor especialista na área de Educação Física ou o próprio professor regente das aulas, denominado professor polivalente, por ficar com as crianças no período integral das aulas e desenvolver as demais disciplinas, ficando essa decisão a cargo dos sistemas de ensino estadual, municipal e privado.

A realidade das escolas infantis e os dizeres de Pereira, Nista Piccolo e Santos (2009) suscitam questionamentos: será que os professores polivalentes estão preparados para ministrar as aulas de Educação Física no Ensino Fundamental? Os cursos de Pedagogia instrumentalizam o pedagogo com vistas ao desenvolvimento de uma disciplina que requer não apenas conteúdos teóricos, mas práticos, e que atendam ao crescimento e desenvolvimento da criança? A disciplina está inserida na matriz curricular do curso de Pedagogia? Os pedagogos se sentem preparados para o exercício dessa disciplina?

O termo “preparado” não é, especificamente, achar que pode dar conta, ou melhor, não ter medo de desenvolver as atividades para e com os alunos; é, sim, saber realizar as atividades de tal forma que permita ao aluno compreender, aprender e estimular seu desenvolvimento motor, sabendo ganhar e perder, trabalhar cooperativamente. Esse professor não pode excluir os alunos, mas criar metodologias para que todos participem, sabendo trabalhar a mistura de gênero e buscando sempre fazer com que os alunos pratiquem as atividades com prazer e não somente vencer a todo custo.

Para Pereira, Nista Piccolo e Santos (2009, p. 343):

[...] A questão de “sentir-se preparado” não se refere apenas à autoconfiança do docente em relação às possíveis dificuldades para ministrar um componente curricular que foge às suas habilidades pedagógicas, mas à própria competência para esse exercício, que abarcaria os conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança, seus interesses e necessidades, a compreensão da função e importância da Educação Física, não apenas para essas crianças, mas para todo o âmbito escolar, e a mobilização desses conhecimentos em ações pedagógicas durante as aulas.

O professor de Educação Física deve sempre estimular os alunos a fazerem a prática de diferentes atividades motoras, atividades que os incitem a andar, correr, saltar, pular, correr, engatinhar, rolar, rebater a bola, lançar a bola, chutar a bola, “quicar” a bola, andar equilibrando em uma corda, saltar cones, correr lateralmente entre os cones. Com isso, os alunos ficaram mais preparados para sua vida no dia-a-dia.

O professor se torna uma pessoa influente e significativa para a vida de seus alunos por meio de suas experiências adquiridas durante o seu viver cotidiano e de suas técnicas profissionais que se aprimoram no decorrer dos anos. Assim, ele pode trabalhar o conhecimento com os seus alunos, possibilitando-lhes ser um ser mais crítico e autônomo, pois

os alunos baseiam-se muito nas experiências dos seus professores, o que é confirmado por Amorim Filho, Ramos (2010, p. 225).

Assim, o educador em sua atuação na escola não é neutro em sua relação com os alunos. Deste modo, seja em um diálogo, em uma instrução ou em uma crítica, ele articula em sua maneira de agir os costumes, as crenças nas quais ele acredita os valores que seus pais, na sua infância, lhe transmitiram (e que foram por eles reelaborados), além dos conceitos que foram apropriados por meio de suas relações sociais ao longo dos anos.

A concepção de aprendizagem/desenvolvimento motor e sua relação com a Educação Física

O processo de aprender envolve situações afetivas, sociais e biológicas, que devem ser conhecidas pelo ensinante para que possa encontrar subsídios nas teorias pedagógicas ou nos processos práticos para atingir o objetivo que é levar à criança a apropriação do conhecimento com liberdade de pensamento (BOLOGNESE, 2006).

Para Drouet (2002), a aprendizagem é um processo contínuo, gradual, em que cada indivíduo tem seu ritmo, seja ele mais lento ou mais rápido, desde o seu nascimento até o último dia de sua vida. E esse desenvolvimento depende da herança genética de cada indivíduo, da maturação do seu sistema nervoso e de seu esforço, interesse e envolvimento. Na medida em que vai se desenvolvendo, está-se construindo e reconstruindo a aprendizagem diante das experiências vividas, organizando novos esquemas ou ainda reorganizando conhecimentos já existentes, num processo de estruturação cumulativa. Isto é, vão-se construindo conhecimentos a partir dos já existentes, acrescentando ou subtraindo informações a essa aprendizagem, criando novas estruturas de pensamento ou esquemas.

Wadsworth (2003, p. 25) complementa esses conceitos ao dizer que “os esquemas mudam continuamente, estes são nada menos que estruturas mentais cognitivas pelas quais os indivíduos intelectualmente se adaptam e organizam o meio”. Quando a criança nasce, os esquemas são de natureza reflexa; na medida em que se desenvolve, os esquemas tornam-se mais sensórios, mais numerosos, tornando-se mais complexos e estando em constante processo de construção e reconstrução. Esse processo chama-se assimilação e acomodação. Tais esquemas refletem o nível de compreensão e conhecimento de mundo.

O desenvolvimento do aluno depende sempre das repetições dos movimentos, pois a partir dos movimentos feitos de forma contínua, ele adquire mais habilidade para determinados movimentos. Com isso, no decorrer da sua infância vai aprendendo a andar, saltar, pular, correr, arremessar, pois quanto maior for a repetição, maior será sua habilidade, mas requer longo tempo para que essas práticas fiquem perfeitas.

Silveira *et al.* (2013, p. 149) explicitam que:

A aprendizagem do movimento é, portanto, um processo complexo que requer longo tempo e quantidade de prática. Mas é exatamente por esse motivo que a possibilidade de sua efetiva implementação no contexto da educação escolarizada é colocada “em xeque”: como promover a melhoria da qualidade do movimento durante as aulas de Educação Física quando se considera a realidade do sistema de ensino quanto a dias e horas de aulas semanais, número de alunos por classe, espaços e materiais didáticos disponíveis?

Para que o aluno consiga adquirir, de forma mais rápida, determinado movimento, ele precisa sempre estar repetindo o mesmo movimento várias vezes, pois por meio da automação ele conseguirá fazer os movimentos de forma perfeita. Nesse sentido, pode-se falar que a repetição de movimento ajuda os alunos a executarem suas habilidades com mais desenvoltura. Por exemplo, um aluno que vai aprender a jogar basquete, no início ele começa a “quicar” a bola, olhando para ela; no decorrer dos dias já executa esse movimento sem olhar para a bola, quer seja andando quer seja até mesmo correndo.

De acordo com o PCN (BRASIL, 1997a, p. 27)

Quanto mais uma criança tiver a oportunidade de saltar, girar ou dançar, mais esses movimentos tendem a ser realizados de forma automática. Menos atenção é necessária no controle de sua execução e essa demanda atencional pode dirigir-se para o aperfeiçoamento desses mesmos movimentos e no enfrentamento de outros desafios.

Essas afirmações relativas à repetição pura e automática dos movimentos com vistas à sua realização é condição *sine qua non* para que sejam exercidos corretamente. Para tal, os alunos devem ser estimulados desde a sua infância para a execução dessas tarefas de forma correta, em que será de extrema importância a qualificação ou preparação adequada de seu professor. Nota-se que o estímulo ao desenvolvimento das atividades tem que ser feito de tal maneira que o aluno sinta desejo de aprender e de exercitar-se nas aulas de Educação Física.

A repetição dos movimentos não beneficia os alunos somente na escola, e sim no seu dia-a-dia, pois os mesmos adquirirão habilidades que serão de extrema importância para o decorrer de suas vidas, o que leva a inferir que a escola e as aulas de Educação Física Escolar (EFE) contribuem para tal. De acordo com Silveira *et al.* (2013), a obtenção desse conhecimento na escola autorizaria o aluno a transferi-lo para outras situações de prática fora da escola, com melhoria de seu desempenho e qualidade do movimento.

A Educação Física Escolar segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais e a importância de um profissional qualificado

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental rezam que a EFE pode sistematizar situações de ensino e aprendizagem que garantam aos alunos o acesso a conhecimentos práticos e conceituais. Para isso, é necessário mudar a ênfase na aptidão física e no rendimento padronizado que caracterizava a EF para uma concepção mais abrangente, que contemple todas as dimensões envolvidas em cada prática corporal (BRASIL, 1997a).

Nessa perspectiva, é fundamental também que se faça clara distinção entre os objetivos da EFE e os objetivos do esporte, da dança, da ginástica e da luta profissionais, pois, embora seja uma referência, o profissionalismo não pode ser a meta almejada pela escola. A EFE deve dar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando ao seu aprimoramento como seres humanos (BRASIL, 1997b).

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 1997a), fica estabelecido que os alunos com deficiências físicas não podem ser privados das aulas de EF, uma vez que,

independentemente de qual seja o conteúdo escolhido, os processos de ensino e aprendizagem devem considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social). Desse modo, é tarefa da EFE, portanto, garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de exercê-las e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-las criticamente.

Destaca-se ser muito importante que o professor consiga trabalhar a cultura corporal de movimento, pois a EF não se baseia apenas em futebol, vôlei, basquete e handebol; deve-se trabalhar toda cultura corporal de movimento (dança, jogos e brincadeiras, lutas, ginástica e esporte). Ao se trabalhar a dança, há desenvolvimento de atividades rítmicas e expressivas; ao se trabalhar a luta, está-se trabalhando e ajudando o aluno a ter equilíbrio de seu corpo e mente; por meio da ginástica, busca-se alcançar a flexibilidade para o aluno, no decorrer de sua vida; o trabalho com jogos deve incluir tanto os alunos que possuem boa técnica quanto aqueles que não a possuem. Por fim, no esporte, procura-se passar as regras de forma correta para os alunos em aulas teóricas e aplicar as atividades de forma lúdica, tendo em vista que por diversas vezes as regras do esporte devem ser alteradas para se conseguir a inclusão dos alunos que, porventura, não estejam acompanhando a turma.

Para mais esclarecimentos, o QUADRO 1 traz a diferenciação entre jogos e esporte.

QUADRO 1 – Diferenças existentes entre esporte e jogos

ESPORTE X JOGOS		
	ESPORTE	JOGOS
TEMPO	Cronometrado / pontuado	Vivenciados
REGRA	Universais	Construídas
ESPAÇO	Uniformes	Adaptados
MATÉRIAS	Específicos	Variados
NÚMERO DE PARTICIPANTES	Imposição	Modifica com a necessidade

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o trabalho de Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental é importante, pois possibilita aos alunos terem, desde cedo, a oportunidade de desenvolver habilidades corporais e de participar de atividades culturais, como: jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, com a finalidade de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções (BRASIL, 1997a).

Os benefícios da educação Física no Ensino Fundamental e a cultura corporal de movimento

Para que as instituições de ensino possam zelar pela qualidade de suas aulas, num primeiro momento necessitam realmente acreditar que a EFE deve ter o mesmo grau de importância das demais disciplinas que compõem o ensino. Nesse âmbito, os educadores, em geral, devem compreender a real contribuição da EF para a formação dos jovens. Num segundo momento, contratar profissionais que, além de se enquadrarem na proposta

pedagógica da escola, privilegiem uma educação física cujo movimento humano seja um meio de crescimento e, não um fim em si mesmo (BETTI; ZULIANI, 2002).

Para que a Educação Física contribua para a melhoria da nossa sociedade, algumas ações devem ser privilegiadas:

- a) Promover os seus beneficiários com o desenvolvimento de habilidades motoras, atitudes, valores e conhecimentos, procurando levá-los a uma participação ativa e voluntária em atividades físicas e esportivas ao longo de suas vidas;
- b) ser ministrada numa ambiência de alegria, em que as práticas corporais e esportivas sejam prazerosas;
- c) propiciar vivências e experiência de solidariedade, cooperação e superação;
- d) valorizar práticas esportivas, danças e jogos nos conteúdos dos seus programas, inclusive as atividades que representam a tradição e a pluralidade do patrimônio cultural do país e das suas regiões;
- e) ser meio de desenvolvimento da cidadania nos beneficiários e de respeito ao meio ambiente (BETTI; ZULIANI, 2002).

Outro aspecto relevante, de acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 1997a), é a concepção de cultura corporal, que amplia a contribuição da EFE para o pleno exercício da cidadania, na medida em que, tomando seus conteúdos e as capacidades que se propõe a desenvolver como produtos socioculturais, afirma como direito de todos o acesso a eles. Além disso, adota uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, a cooperação, a participação social e a afirmação de valores e princípios democráticos.

Deixa-se claro que a EFE tem uma forma ampla de se trabalhar por meio da cultura corporal de movimento. Com isso, os regentes de turma não precisam ficar apenas nas aulas de futebol e queimada, tendo em vista que a cultura corporal abrange vários setores da EFE, como os jogos, esportes, ginástica, luta e dança, fazendo com que os alunos tenham extensa área de conhecimento sobre esses conteúdos.

Mas, para tal, é indispensável que os professores de EF tenham conhecimento de cada uma dessas dimensões para ensinar e possibilitar que seus alunos aprendam, de fato, acerca da importância de cada cultura de movimento para sua vida.

Silveira *et al.* (2013, p. 149) citam que:

A compreensão de que a educação física escolar (EFE) tem por finalidade disseminar conhecimentos historicamente produzidos e sistematizados relativos à cultura de movimento, ou seja, o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e o exercício, tem estado presente em muitas abordagens propostas ao longo das últimas décadas no nosso país.

O trabalho de EF abre espaço para que se aprofundem discussões importantes sobre aspectos éticos e sociais. A EF permite que se vivenciem diferentes práticas corporais

advindas das mais diversas manifestações culturais e se enxergue como essa variada combinação de influências está presente na vida cotidiana.

As danças, esportes, lutas, jogos e ginásticas compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado, conhecido e desfrutado. Além disso, esse conhecimento contribui para a adoção de uma postura não preconceituosa e discriminatória diante das manifestações e expressões dos diferentes grupos étnicos e sociais e das pessoas que dele fazem parte (BETTI; ZULIANI, 2002).

A prática da EF na escola poderá favorecer a autonomia dos alunos para monitorar as próprias atividades, regulando o esforço, traçando metas, conhecendo as potencialidades e limitações e sabendo distinguir situações de trabalho corporal que podem ser prejudiciais.

Presume-se, portanto, que no âmbito da EF, os conhecimentos construídos devem possibilitar a análise crítica dos valores sociais, tais como: a) os padrões de beleza e saúde, que se tornaram dominantes na sociedade, seu papel como instrumento de exclusão e discriminação social e a atuação dos meios de comunicação em produzi-los, transmiti-los e impô-los; b) uma discussão sobre a ética do esporte profissional, sobre a discriminação sexual e racial que existe nele. Esses, entre outras coisas, podem favorecer a consideração da estética do ponto de vista do bem-estar, as posturas não consumistas, não preconceituosas, não discriminatórias e a consciência dos valores coerentes com a ética democrática (BETTI; ZULIANI, 2002)

A questão da formação cidadã pela Educação Física Escolar

De acordo com Betti e Zuliani (2002), a EFE, em conjunto com uma concepção educacional, vê a formação da criança e do jovem como uma educação integral, ou seja, o desenvolvimento da personalidade do aluno como ser crítico e conhecedor das mais diversas formas de comunicação.

Para Galvão (2002), o professor deve dialogar constantemente com a bagagem que os alunos já possuem, relacionando-a a seus conhecimentos e ampliando-a, devendo direcioná-la para o meio sociocultural em que os alunos vivem. Pois é o professor o elemento de ligação entre a escola, a sociedade e o aluno.

Nesse sentido, a EF deve levar seus alunos a:

- a) Descobrir motivos e sentidos nas práticas corporais;
- b) favorecer o desenvolvimento de atitudes positivas para com elas;
- c) levar à aprendizagem de comportamentos adequados à sua prática;
- d) conduzir ao conhecimento, à compreensão e análise de seu intelecto e dos dados científicos e filosóficos relacionados à cultura de movimento;
- e) dirigir sua vontade e sua emoção para a prática e a apreciação do corpo em movimento.

Concordando com Betti e Zuliani (2002), afirma-se que a EF precisa ser sistematizada e organizada para desenvolver uma aprendizagem significativa e que esteja de acordo com a necessidade dos alunos. Segundo o PCN (BRASIL, 2001), a grade curricular da EF tem os seguintes referenciais como objetivos a serem trabalhados no Ensino Fundamental:

- a) Compreender a cidadania como participação social e política, exercendo seu direito e respeitando o do outro;
- b) adotar postura crítica e transformadora nas diferentes situações sociais;
- c) conhecer e valorizar a pluralidade sociocultural do país em que vive, sem algum tipo de discriminação, seja ela social, cultural, de crença, sexo ou outras características individuais ou coletivas;
- d) desenvolver o conhecimento e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, físicas, cognitivas, éticas, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social para buscar conhecimento e exercer sua cidadania;
- e) conhecer e cuidar do próprio corpo;
- f) utilizar diferentes formas de linguagem para se comunicar e se expressar.
- g) saber ler e interpretar as diferentes fontes de informação.
- h) questionar a realidade, a capacidade crítica para formular e resolver os problemas.

Esses objetivos serão alcançados se se levar em consideração alguns elementos estruturais como os espaços nas escolas para as aulas de EFE. Pode-se afirmar que muitas escolas, em sua maioria da rede pública, não têm materiais e até mesmo local específico para a prática das aulas, o que prejudica, principalmente, o aluno e até mesmo a comunidade. Questiona-se: como um professor poderá ministrar as atividades para que o aluno adquira habilidades motoras, sociais e outras se sequer tem espaço adequado e material apropriado para tal?

Essa reflexão entra em acordo com que o Go (2013) descreve sobre a precária infraestrutura, principalmente das escolas públicas localizadas na periferia de diversas cidades e nas zonas rurais.

Em relação ao material didático para a prática de uma boa aula, após estudo com professores de EF, Tani (2013) expressa que a falta de material didático se encontra entre as principais dificuldades assinaladas pela maioria dos professores de EF.

Esse contexto torna-se ainda mais perverso quando se tem o profissional pedagogo ministrando aula de EF. Reconhece-se sua competência para outros conteúdos, mas fica a interrogação se sua formação o habilita para assumir a aula de EF com vistas à formação do aluno, pois se sabe que sua formação não o certifica para se tornar um profissional qualificado para atender aos objetivos da PCN da EF e ainda lhe faltam espaço adequado e materiais condizentes para as aulas.

As escolas deveriam dar toda estrutura ao aluno para que ele se torne uma ser crítico e consiga viver em plena harmonia com a sociedade, uma vez que se torna uma pessoa autônoma no decorrer de sua formação e a EF ajuda bastante nesse aspecto .

A escola é uma instituição criada, basicamente, para um fim específico: o de desenvolver uma parte muito importante da educação no sentido “lato”, que é a disseminação do conhecimento sistematizado e acumulado historicamente; conhecimento esse imprescindível para a formação de um cidadão crítico, autônomo e participativo (TANI, 2013, p, 509).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos analisados e que compõem o referencial teórico assinalam a trajetória histórica da evolução da disciplina EF no ensino brasileiro. Mostram que as aulas de EF se constituem em um processo social importante para a socialização dos indivíduos, agregando valores e potencializando a cultura local e o desenvolvimento do mesmo. Além disso, possibilitam a construção de relações sociais que estimulem a formação e o exercício da cidadania em um espaço de convivência social, em que se propõem à construção de conhecimentos, tornando possíveis altos níveis de participação social dos alunos. Isso se deu com a evolução da EF, que sofreu influências médicas e militares que intervinham no funcionamento e no desenvolvimento do corpo para as necessidades da função.

Hoje se deve trabalhar com grande ênfase a cultura corporal de movimento que se processa por meio de danças, esporte, jogos, lutas e ginástica de uma forma totalmente lúdica e inclusiva para os alunos, porque a EF não é uma disciplina ligada apenas ao brincar - ela é importante para o desenvolvimento integral do aluno.

Essa evolução permitiu pensar a importância que têm os profissionais de EF na vida do aluno e conscientizar-se do poder de socialização das atividades lúdicas e inclusivas. Destaca-se que a atuação deve ser respaldada pelo princípio da responsabilidade social, cuja prática inclusiva é reconhecida como canal de socialização e de inclusão social.

A realidade atual mostra que, ao terem que ministrar as aulas de EF do ensino infantil até o ensino Fundamental I, os pedagogos precisam se apropriar de conceitos imprescindíveis para a aproximação teórica e prática na vida cotidiana de docência. E diante das diversas dificuldades encontradas quanto ao conhecimento teórico e prático, a desmotivação para as aulas se impõe, gerando insatisfação e perda para ambos: pedagogos e alunos. Essa situação deixa cada vez mais longe as possibilidades de adaptação em diversas situações e risco para o aluno e também para o professor que não detém a técnica correta. Isso alerta todos para a necessidade de refletir sobre a qual profissional compete dar aulas de EF. Caso não seja possível ser o professor graduado em EF, que ao menos as instituições educativas ofereçam estruturas e oportunidades aos pedagogos, com aulas que lhes deem base para ministrarem essas aulas, mesmo reconhecendo que deveriam ser da competência do professor formado em Educação Física.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, M.L.; RAMOS, G.N.S. Trajetória de vida e construção dos saberes de professoras de educação física. **Revista Brasileira Educação Física do Esporte** (Impr.) [online], v. 24, n. 2, p. 223-238, 2010.
- BETTI, M. Educação Física como prática científica e prática pedagógica: reflexão à luz da filosofia da ciência. **Revista Brasileira Educação Física do Esporte**. v. 19, n. 3, p. 188, 2005.

BETTI, M.; ZULIANI, L.R. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. i, n. 1, p. 73-81, 2002.

BOLOGNESE, F.A. **A construção do conhecimento lógico-matemático: aspectos afetivos e cognitivos.** 2006. Disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrid=845#.uz9meqhdxc. Acesso em: 1º de fev. 2013.

BRAID, L.M.C. Educação Física na escola: uma proposta de renovação. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 16, n. 1-2, p. 54-58, 2003.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Parecer CNE/CP 5, 13.12.2005. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. **Educação Física: Concepção e importância social.** In: BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. 2. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 1997b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** 3. ed., Brasília: Ministério da Educação, A Secretaria, 2001.

DAOLIO, J. **Educação Física e o conceito de cultura.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

DROUET, R.C.R. Aprendizagem: conceitos básicos. In: DROUET, R.C.R., Distúrbio da aprendizagem. 4. ed., São Paulo-SP: Ática, 2002.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. FIEP. **Manifesto Mundial da Educação Física.** Foz do Iguaçu: FIEP, 2000.

FERRAZ, O.L.; CORREIA, W.R. Teorias curriculares, perspectivas teóricas em Educação Física Escolar e implicações para a formação docente. **Revista Brasileira Educação Física do Esporte** [online], v. 26, n. 3, p. 531-540, 2012.

GALVÃO, Z. Educação física escolar: a prática do bom professor. **Revista Mackenzie**, São Paulo, v. I, n. I, p. 65-72, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas em pesquisa social.** 6 ed., São Paulo: Atlas, 2010.

Tani, Go. O ensino de habilidades motoras esportivas na escola e o esporte de alto rendimento: discurso, realidade e possibilidades. **Revista Bras Educ Fís Esporte**, São Paulo, v.27, n.3, p. 507-518, 2013.

MUÑOZ PALAFOX, G.H. *et al.* **Educação Física escolar: conceito e fundamentos filosófico-pedagógicos para o PCTP/EF.** Universidade Federal de Uberlândia. Núcleo de Estudos em Planejamento e Metodologias do Ensino da Cultura Corporal - Nepecc/UFU, s/d (digitalizado), s.d.

OLIVEIRA, M.G. Da Educação Física à cinesiologia humana. **Movimentar-se**, ano 3, n. 2, 2006.

PEREIRA, R.S.; NISTA PICCOLO, V.L.; SANTOS, S.A.P. A Educação Física nas séries da fase inicial do ensino fundamental: olhar do professor polivalente. **R. da Educação Física/UEM.** v. 20, n. 3, P. p. 343-352, 2009.

SANTIN, S. **Educação Física, ética, estética, saúde.** Porto Alegre: EST, 1995.

SANTIN, S. **Educação Física, uma abordagem filosófica da corporeidade.** Ijuí: Unijuí, 1987.

SILVEIRA, S.R. *et al.* Aquisição da habilidade motora rebater na Educação Física escolar: um estudo das dicas de aprendizagem como conteúdo de ensino. **Rev Bras Educ Fís Esporte** [online], v. 27, n. 1, p. 149-157, 2013.

VAGO, T.M. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** educação física e gymnastica como práticas constitutivas de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista-SP: Universidade São Francisco, v. I, p. 340, 2002.

VALENTE, E.F.; ALMEIDA FILHO, J.M. História da Educação Física, esporte, dança e lazer. *In:* DACOSTA, L. (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006.

WADSWORTH, B.J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. 5. ed., São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003